



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de Seguro Predial para Galpão Locado – Palhoça/SC

Julho/2020



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sumário

1	Objeto da Contratação	3
2	Fundamentação da Contratação	3
2.1	Motivação	3
2.2	Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios	3
2.3	Alinhamento Estratégico	3
2.4	Estudos Preliminares do Objeto	3
2.5	Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada	3
2.6	Objetos Disponíveis	4
2.7	Caracterização e Composição do Objeto	4
2.8	Parcelamento e Adjudicação	4
2.9	Seleção do Fornecedor	4
2.9.1	Critérios de Habilitação	4
2.9.2	Critérios de Preferência e de Desempate	5
2.10	Modalidade e Tipo de Licitação	5
2.11	Impacto Ambiental	5
2.12	Conformidade Técnica	5
2.13	Obrigações da Proponente	5
2.14	Obrigações da Contratante	5
2.15	Obrigações da Contratada	6
2.16	Custo estimado da contratação	6
3	Especificação Técnica Detalhada	6
3.1	Requisitos Técnicos	6
3.1.1	Formas de Contratação do Seguro	7
3.1.2	Coberturas Pretendidas para o imóvel	7
3.1.3	Franquias	7
3.1.4	Valor do bem a ser segurado	8
3.1.5	Descrição do imóvel	8
3.1.6	Códigos SIASG	9
3.1.7	Vigência	9
	Anexo I – Plano de Fiscalização	10
1	Execução e Gestão do Contrato	10
1.1	Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRES e da Contratada	10
1.2	Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma	10
1.3	Instrumentos Formais	10
1.4	Acompanhamento do Contrato	10
1.5	Recebimento Provisório e Definitivo	10
1.6	Pagamento	11
1.7	Descumprimento Contratual	11
1.8	Penalidades	11



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Objeto da Contratação

Contratação de Seguro Predial contra incêndio, raio, explosão e riscos diversos (vendaval, danos elétricos, quebra de vidros e responsabilidade civil) para o imóvel objeto do contrato de locação n. 009/2020, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

A presente contratação é motivada pela necessidade de cobertura securitária do imóvel locado para uso do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. O serviço a ser contratado consiste em atividade comum e não-finalística do TRESC e se configura contrato de serviço de natureza continuada, tendo por finalidade conferir maior segurança ao imóvel em uso pela Justiça Eleitoral Catarinense, sujeito a danos em razão de incêndio, raio, explosão e riscos diversos.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Espera-se com esta contratação transferir o risco financeiro de prejuízos decorrentes a danos decorrentes de incêndio, tempestades, raio, explosão e riscos diversos para o imóvel objeto do contrato de locação n. 009/2020, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC, à empresa de seguro contratada.

2.3 Alinhamento Estratégico

Considerando que se trata de atividade de suporte, não há alinhamento direto a nenhum objetivo, mas o mesmo constitui o meio para atingimento da estratégia da organização.

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares foram inseridos no PAE n. 24.110/2020.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

No caso da contratação de seguro verifica-se a necessidade de que a demanda prevista seja coberta na totalidade pela demanda a ser contratada para uso em caso de ocorrência de sinistros. Assim, a relação da demanda prevista e a demanda contratada fica definida pelas coberturas pretendidas na contratação conforme tabela abaixo:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Demanda Prevista: Cobertura de seguro para o Imóvel	Demanda Contratada				
	Cobertura Básica	Cobertura Complementar			
	Incêndio, raio e explosão (R\$)	Danos Elétricos (R\$)	Vendaval (R\$)	Quebra de vidros (R\$)	Respons. Civil (R\$)
Galpão – Palhoça/SC	5.000.000,00	30.000,00	150.000,00	1.000,00	150.000,00

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Seguro predial contra incêndio, raio, explosão e riscos diversos (vendaval, danos elétricos, quebra de vidros e responsabilidade civil) para o imóvel objeto do contrato de locação n. 009/2020, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC.

2.8 Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação deverá ser global.

2.9 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em prestar o serviço, nas condições estipuladas pelo contratante.

2.9.1 Critérios de Habilitação

Para a habilitação do fornecedor deverão ser observados os seguintes critérios:

Id.	Critério de Habilitação
1	Apresentar situação de regularidade fiscal e trabalhista.
2	Os proponentes devem possuir autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP – para atuarem no mercado de seguros privados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.9.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor.

2.10 Modalidade e Tipo de Licitação

O serviço a ser contratado possui diversos fornecedores e tem o mercado regulado por autarquia federal. Assim, pode-se sugerir a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica, tipo “Menor Preço”.

2.11 Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não será necessária qualquer adequação
Infraestrutura Elétrica	Não será necessária qualquer adequação
Logística de Implantação	Não será necessária qualquer adequação
Espaço Físico	Não será necessária qualquer adequação
Mobiliário	Não será necessária qualquer adequação
Impacto Ambiental	Não será necessária qualquer adequação

2.12 Conformidade Técnica

A contratação objeto deste estudo segue os ditames da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, como também a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), e mercado de seguros é regulado pelas normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Os proponentes devem estar autorizados pela SUSEP para atuarem no mercado de seguros privados.

2.13 Obrigações da Proponente

Devem os proponentes fornecer todas as especificações necessárias a possibilitar a análise das propostas conforme requisitos técnicos.

2.14 Obrigações da Contratante

- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no procedimento de contratação;
- Promover, através de seu representante, o titular da Chefia da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.15 Obrigações da Contratada

- Executar o objeto proposto nas condições estipuladas neste Projeto Básico;
- Entregar no Protocolo do TRESC, endereçado à Seção de Contratos, localizado no Edifício Anexo I deste Tribunal, na Rua Esteves Junior, 80, Centro, nesta Capital, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta:
 - a) Proposta da Seguradora”, no prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias, contados a partir da data do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC; e
 - b) Apólice de Seguro, no prazo de, no máximo, 15 (quinze) dias, contados a partir da data da aceitação da “Proposta da Seguradora” (art. 2º, § 2º, do Regulamento aprovado pelo Dec. 60.459, de 13.3.1967).
- Pagar a indenização, em caso de sinistro, em, no máximo, 30 (trinta) dias úteis após o recebimento, pela Seguradora, da documentação necessária à sua liberação;
- Não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do TRESC; e
- Manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório.

2.16 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

O objeto deve atender aos requisitos de forma que a apólice deve contemplar as coberturas pretendidas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.1 Formas de Contratação do Seguro

Para as coberturas básicas a forma de contratação da apólice poderá ser a Primeiro Risco Relativo. Nesse caso, a apólice deverá possuir, para a **cobertura básica**, cláusulas de rateio parcial com percentual de redução de Valor em Risco Apurado – VRA, “k”, de até 80% (oitenta por cento), ou dispositivo similar na sua forma de contratação, de modo que o TRESO somente participará proporcionalmente dos prejuízos caso o Valor em Risco Declarado- VRD seja inferior a 80% (oitenta por cento) do Valor de Risco Apurado – VRA, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Indenização} = \frac{\text{VRD}}{\text{VRA} \times K} \times \text{Prejuízo}$$

Onde:

VRD – Valor em Risco Declarado

VRA – Valor em Risco Apurado

“k” – Percentual de Redução do VRA

As demais coberturas devem ser contratadas a Primeiro Risco Absoluto.

3.1.2 Coberturas Pretendidas para o imóvel

3.1.2.1.1 COBERTURA PRINCIPAL: contra INCÊNDIO, RAIO e EXPLOÇÃO, para o prédio, instalações e equipamentos indispensáveis ao seu funcionamento, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

3.1.2.1.2 COBERTURA COMPLEMENTAR:

3.1.2.1.2.1 Seguro contra DANOS ELÉTRICOS, para o prédio, instalações e equipamentos indispensáveis ao funcionamento do imóvel, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

3.1.2.1.2.2 Seguro contra VENDAVAL, para o prédio, instalações e equipamentos indispensáveis ao funcionamento do imóvel, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

3.1.2.1.2.3 Seguro contra QUEBRA DE VIDROS, somente para o prédio, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

3.1.2.1.2.4 Seguro para RESPONSABILIDADE CIVIL, no valor de R\$ 150.000,00 (trinta mil reais).

3.1.3 Franquias

3.1.3.1.1 As coberturas para as quais se admite a estipulação de franquia, bem como os valores permitidos, estão abaixo relacionados:

COBERTURA	FRANQUIAS
Danos elétricos	10% do valor dos prejuízos apurados – mínimo de R\$



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	1.000,00 (um mil reais)
Vendaval	10% do valor dos prejuízos apurados – mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Quebra de vidros	Sem franquia
Incêndio	10% do valor dos prejuízos apurados – mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Responsabilidade Civil	20% do valor dos prejuízos apurados – mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais)

3.1.4 Valor do bem a ser segurado

VALORES DOS BENS A SEREM SEGURADOS:	
Descrição dos Bens	Valor segurado
Galpão localizado à Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC com área construída de 5.097,35 m ² , contendo área de escritório de 600 m ² , 9 (nove) docas e área de armazenamento de 3.997 m ² .	R\$ 5.000.000,00

3.1.5 Descrição do imóvel

Galpão localizado à Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC com área construída de 5.097 m², contendo área de escritório de 600 m², 9 (nove) docas e área de armazenamento de 3.997 m².

Destinação e ocupação: prédio público, depósito de urnas, depósito de móveis, almoxarifado do TRESC, reserva técnica de kits biométricos e espaço para teste de equipamentos.

Características principais do imóvel:

- tipo de construção: alvenaria e bloco de concreto com estrutura em concreto pré-moldado.
- área construída: 5.097 m² (cinco mil e noventa e sete metros quadrados).
- número de pavimentos: galpão 1 (um) pavimento e área de escritório com 5 (cinco) pisos.
- interior: paredes revestidas com argamassa e acabamento com pintura texturizada e na área de escritório divisórias internas do tipo naval, com estruturas metálicas.
- exterior: revestimento com argamassa;

3.1.5.1.1 Instalações principais:

- Elétricas: circuitos elétricos de iluminação, tomadas comuns para uso geral.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Hidráulicas e de combate a incêndio: instalações hidrossanitárias para atendimento dos banheiros, copas e torneiras internas e externas. Rede de captação de águas pluviais direcionando o fluxo de água para a rede da concessionária. Instalação de combate a incêndio composta por rede de hidrantes e extintores.
- Comunicação de dados e telefonia: sistema de cabeamento estruturado para rede de comunicação de dados e de telefonia, incluindo cabos de par trançado, fibra ótica, conversor de sinais óticos, conectores, patch panels e racks.

3.1.5.1.2 Equipamentos estacionários indispensáveis ao funcionamento do galpão:

- 1 (um) transformador.
- 1 (um) elevador de 5 paradas.

3.1.6 Códigos SIASG

Código SIASG: 906

3.1.7 Vigência

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação dentro dos limites legais.

Florianópolis, em 24 de julho de 2020.

César Augusto Rodrigues de Araujo
(Integrante Demandante)

Rafael Zornitta
(Integrante Técnico)

Geraldo Luiz Savi Junior
(Integrante Administrativo)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1 Execução e Gestão do Contrato

O acompanhamento e a gestão da contratação do serviço de seguro deverão ser efetuados pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto.

1.1 Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRES e da Contratada

Será atribuição do gestor da contratação o comunicado de sinistros e aberturas de chamados junto a CONTRATADA, bem como seu acompanhamento, nos canais de atendimento disponíveis e fornecidos pela seguradora.

1.2 Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A contratada deve entregar, no Edifício Anexo I do TRES, situado na Rua Esteves Júnior, n. 80, Centro, Florianópolis, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta:

- a) “Proposta da Seguradora”, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento do contrato;
- b) A Apólice de Seguro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da aceitação da “Proposta da Seguradora” (art. 2º, §2º, do Regulamento aprovado pelo Dec. 60.459, de 13.03.1967).

1.3 Instrumentos Formais

Os instrumentos formais para acompanhamento da presente contratação são o respectivo contrato firmado entre as partes, bem como a apólice de seguros a ser emitida pela empresa contratada.

1.4 Acompanhamento do Contrato

O gestor do contrato manterá controle gerencial dos chamados abertos junto a Seguradora para requisição de serviços cobertos pela apólice contratada.

1.5 Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá na entrega da apólice definitiva as condições estabelecidas neste Termo de Referência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório, exceto se houver atraso motivado pela empresa

1.6 Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura.

1.7 Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições da Contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.8 Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os fins do contido na letra “h” do rol acima listado, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo deste item, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;

c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESC as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor dos serviços em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do serviço.

Florianópolis, em 24 de julho de 2020.

César Augusto Rodrigues de Araujo
(Integrante Demandante)

Rafael Zornitta
(Integrante Técnico)

Geraldo Luiz Savi Junior
(Integrante Administrativo)